

GRAMSCI E THOMPSON NO BRASIL: POLÍTICA E CULTURA NOS ANOS 80¹

Flavio da Silva Mendes

RESUMO: Neste trabalho pretendo analisar a recepção no Brasil das obras de dois importantes autores da tradição marxista: Antonio Gramsci e Edward Thompson. Esse recorte, que exclui outros nomes que exerceram grande influência na formação dessa tradição no Brasil, justifica-se pela hipótese, a ser trabalhada ao longo do texto, de que, assimiladas a partir do final dos anos 70, algumas idéias centrais de cada um desses autores teve peso importante nos debates político e acadêmico, num momento que pode ser considerado de crise e inflexão da esquerda brasileira. Busco expor tal relação através da análise de textos que fazem referência a idéias tomadas de empréstimo das obras desses dois personagens.

PALAVRAS-CHAVE: intelectuais; política; cultura; Gramsci; Thompson

ABSTRACT: In this work I plan to analyze the reception in Brazil of the ideas of two important authors of the marxist tradition: Antonio Gramsci and Edward Thompson. This choice, which excludes other names that exerted great influence in shaping this tradition in Brazil, is warranted by the hypothesis, to be tested along the text, of knew in the end of the 70s, some central ideas of each authors had significant importance on political and academic debates, at a moment that can be considered by crisis and turnaround of the Brazilian left. I try to expose this relationship through analysis of texts that refer to ideas taken from the works of these two characters.

KEYWORDS: intellectuals; politics; culture; Gramsci; Thompson

¹ Este texto foi elaborado a partir de reflexões realizadas no programa de mestrado em Sociologia da UNICAMP, com financiamento do CNPq.

RÉSUMÉ: Dans cet article, j'analyse la réception au Brésil des œuvres de deux auteurs importants de la tradition marxiste Antonio Gramsci et Edward Thompson. Cet choix, ce qui exclut d'autres noms qui avaient une grande influence dans la formation de cette tradition au Brésil, est justifiée par l'hypothèse, pour être travaillé dans le texte, qui, assimilés au terminus des années 70, certaines idées centrales de chaque ces auteurs avaient un poids important dans les débats politiques et académiques, dans un moment qui peut être considérée comme une crise et une inflexion de la gauche brésilienne. Je cherche à exposer cette relation à travers d'analyse des textes qui font référence à des idées empruntées des œuvres de ces deux personnages.

MOTS-CLÉ: intellectuels; politique; culture, Gramsci; Thompson

Embora o tema deste trabalho seja outro, parece válido começá-lo por uma breve exposição sobre o primeiro *grande* encontro da esquerda brasileira com o pensamento de Marx, ocorrido sob a influência da Revolução Russa de 1917. Este não foi o primeiro, como demonstrou Batalha (2007), mas foi aquele que pela primeira vez deixou marcas duradouras entre os militantes de esquerda no Brasil, ao ponto de estimular a construção de uma hegemonia que só seria contestada décadas depois. Naquele momento, Lênin era o interlocutor privilegiado entre a obra de Marx e a esquerda mundial: na Europa, sua interpretação impulsionava a refundação do marxismo após o realinhamento político dos grandes partidos social-democratas; já no Brasil, contribuía para a tarefa de fundar uma tradição inteiramente nova (cf. MORAES, 2007, p. 47).

É evidente que o caráter desse encontro é diferenciado, pois Lênin não era apenas um intelectual dedicado a interpretar os textos de Marx, mas era antes de tudo lembrado como o líder da primeira revolução vitoriosa da esquerda mundial. Essa peculiaridade, destacada por Moraes, é o fato que justifica o ponto de partida desse texto. É a partir da exceção que ela revela – a recepção combinada da teoria revolucionária com uma prática vitoriosa – que é possível compreender melhor o modo pelo qual se deram os sucessivos encontros da esquerda brasileira com novas interpretações da obra de Marx. É possível afirmar que essa combinação foi fato raro a partir de então: uma vitória revolucionária só acompanhou novamente um encontro teórico/

programático no início da década de 60, com o sucesso da Revolução Cubana e a difusão das idéias que lhe deram forma. Sem o impulso ou a legitimidade que se adquirem a partir de uma vitória, outras reflexões devem buscar diferentes modos de se disseminar.

Esse é o caso dos autores que são objeto de estudo deste trabalho: Gramsci refletiu no cárcere a partir da conjuntura de derrotas da esquerda em toda a Europa, quando parte do operariado se alinhava ao fascismo e ao nazismo. Mais peculiar é o caso de Thompson, que escreveu no contexto acadêmico britânico, aparentemente distante dos grandes debates das organizações de esquerda, mais preocupado em fornecer novos modelos interpretativos ao estudo da história da classe trabalhadora e das lutas sociais. Com tais características, onde essas obras buscarem legitimidade e encontraram caminhos para se propagarem?

Apesar das diferenças, busco mostrar ao longo do texto um ponto de convergência entre as obras desses dois autores: suas reflexões são, em momentos diferentes, respostas teóricas e políticas a mudanças profundas pelas quais passavam a sociedade tal qual eles a viam, em momentos diversos, e que exigiam uma leitura atualizada das obras de Marx, ainda que esta se mantivesse como uma referência fundamental. Essa característica comum, mas por vezes ignorada, revela que para cada autor – como não poderia deixar de ser – é a realidade histórica que impõe a necessidade de rediscutir formulações teóricas e que dá, em última instância, legitimidade e permanência aos novos enunciados. Daí tanto a atualidade quanto a influência que obras como essas adquirem e a relação estreita que mantêm com discussões que extrapolam o meio acadêmico e se inserem na luta política e nas organizações de esquerda, num movimento que aproxima cultura e política de tal modo que é difícil separá-las ou apontar a primazia de uma sobre a outra.

Mas o fato de certas obras não possuírem a aura redentora da vitória política lhes impõe certas dificuldades. Este foi o caso das leituras de Gramsci e Thompson produzidas no Brasil durante os anos 1980 que, ao proporem algum grau de ruptura com a tradição bolchevique, acabaram rotuladas como revisionistas, sobretudo enquanto vigorou a hegemonia stalinista dos PCs na esquerda mundial. Esse fenômeno, que reforça a permeabilidade existente

entre as fronteiras da cultura e da política, também inspira a reflexão que proponho ao longo do presente texto.

GRAMSCI: NOVOS CONCEITOS NA CRÍTICA AO PROGRAMA POLÍTICO DO PCB

Após o golpe militar de 1964, a esquerda brasileira mergulhou mais profundamente na crise. O PCB, que se mantinha como uma referência para intelectuais e militantes, foi abalado por diversas cisões internas que deram origem a grupos diversos e, em geral, muito reduzidos. Muitas dessas novas organizações eram influenciadas pela vitória da Revolução Cubana, que ocorrera em 1959 e tivera como principal característica o assalto ao poder a partir de uma organização guerrilheira. Tal modelo serviu de inspiração aos grupos que optaram pela luta armada no Brasil e que criticavam duramente tanto a estrutura organizativa do PCB quanto seu programa para a Revolução Brasileira, embora algumas dessas características tenham sido conservadas. Neste momento, havia uma variedade de teses que contribuíam à crítica da derrota de 64, com destaque às idéias citadas acima, que tinham origem em Cuba e que exerciam forte influência sobre as dissidências estudantis, e ao maoísmo, que influenciava outra parte da esquerda que se encontrava no PCdoB, já em 1962 e, mais tarde, uma parte da Ação Popular.

Foi em meio a essa crise que surgiram no Brasil as primeiras obras traduzidas de Gramsci, no final da década de 60 (COUTINHO, 1988, p. 103). Suas reflexões tiveram, naquele primeiro momento, pouca divulgação, sobretudo após o AI-5, além de ficarem mais restritas a setores de intelectuais não direta ou organicamente vinculados aos grupos políticos². Tal situação

² É conhecido o fato de que no final da década de 60 era difícil separar militantes de intelectuais na esquerda brasileira (cf. SCHWARZ, 1978), portanto a distinção aqui não é rígida. Ela é, porém, necessária para que não se reduza ao mesmo grupo indivíduos que encaravam a militância política de maneiras diversas, de acordo com a experiência a partir do compromisso direto que tinham ou não com uma organização política dotada de determinada hierarquia e certo grau de coerção.

pode ser em parte explicada pela restrição à divulgação de obras de esquerda pela ditadura, mas, segundo Coutinho, também teve importância o fato de o debate da esquerda brasileira, tanto entre militantes quanto entre intelectuais, estar fortemente pautado pelo marxismo-leninismo pecebista e sua crise. Assim, seria possível encontrar nas críticas formuladas a partir dos novos agrupamentos guevaristas e maoístas traços que os vinculavam à tradição de pensar a Revolução Brasileira a partir da superação de estruturas atrasadas, consideradas semi-feudais, ou seja, o *etapismo* ainda dava o tom ao debate.

Só na segunda metade da década de 70, após a derrota dos setores que se dedicaram à luta armada e a diminuição do alcance repressivo do Estado, as idéias de Gramsci entraram efetivamente nos debates da esquerda brasileira. Nesse momento, havia um espaço propício à sua disseminação, dado o fracasso da luta guerrilheira e a redução da hegemonia pecebista. Por outro lado, um número significativo de intelectuais voltava ao país após anos de exílio na Europa, onde tiveram contato com reflexões teóricas novas. Entre elas, os trabalhos de comunistas italianos ocupavam lugar de destaque, sobretudo a partir da reorganização do Partido Comunista naquele país, que passou a recusar a hegemonia stalinista e o programa revolucionário bolchevique para a Itália. Debates desse tipo ocorreram também em outros países da Europa, a partir da análise das mudanças profundas pelas quais passaram as sociedades européias enquanto vigorou a social-democracia, capaz de alcançar apoio significativo da população e reduzir, paralelamente, o poder político dos partidos comunistas. A reorganização das estratégias passava pela valorização dos processos democráticos como via de acesso ao poder e à conquista de maior representatividade junto à população.

No final dos anos 70, era evidente que o Brasil também havia passado por profundas mudanças que impunham a necessidade de refletir não apenas sobre os erros do passado, mas, sobretudo, sobre novas formas de luta política. A história tinha condenado tanto a concepção original pecebista de aliança com a burguesia nacional em prol da modernização do país, que traria consigo a democratização da sociedade, quanto a tática armada adotada pelas suas dissidências, vitimadas pela repressão. Ao lado dessas derrotas, a sociedade brasileira atravessou um processo de modernização amplo, o qual se deu,

contrariando as teses pecebistas, sob um regime não democrático. O processo de abertura política iniciado pela ditadura exigia que a esquerda, então muito desorganizada, repensasse suas estratégias e sua relação com uma sociedade bastante modificada.

O debate renovou-se, mas o tema central continuava sendo a Revolução Brasileira, que permanecia no horizonte das organizações de esquerda. Ela era o pressuposto do qual partiam intelectuais e militantes interessados em discutir as formas de luta mais adequadas para alcançá-la, dedicados a repensar táticas e estratégias. Nesse caminho, o encontro com a obra de Gramsci foi inevitável, sobretudo com a existência de alguns intelectuais vinculados ao PCB dispostos a divulgar no Brasil as idéias que se espalhavam entre os comunistas europeus. Do grupo que ficou conhecido como *eurocomunista*, ao menos dois intelectuais influentes se destacam: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. O primeiro é autor de uma obra que marcou a reflexão da esquerda nos anos 80, cujo eixo é a afirmação da “democracia como valor universal”, e a democratização como uma tarefa urgente da sociedade brasileira (COUTINHO, 1980). O texto reproduz em grande medida o teor da discussão dos comunistas italianos, mas com uma mudança fundamental: a questão democrática teria um peso ainda maior na sociedade brasileira, marcada pelo autoritarismo e pela separação entre a política e os setores populares. Sua defesa tornava-se, então, tarefa do dia para a esquerda, que não deviam mais encará-la como mero mecanismo de reprodução do poder da burguesia. Na excepcionalidade brasileira, a democracia seria uma alternativa à *revolução passiva* que há muito moldaria a sociedade.

O conceito de revolução passiva, retirado das obras de Gramsci, foi a base para boa parte da crítica às antigas teses defendidas pelo PCB para a Revolução Brasileira. Como visto, o partido reproduziu ao longo do século XX, com algumas variações pontuais, uma linha originada na III Internacional, segundo a qual a revolução em países atrasados teria uma primeira etapa burguesa, impulsionada pelos setores nacionais mais modernos, tática que estimulava a formação de alianças entre os PCs e as burguesias de cada país. Ao longo desse processo, a superação das estruturas atrasadas estaria combinada com a democratização da sociedade. Indissociáveis, as mudanças econômicas

e políticas tornariam a conjuntura favorável à realização da etapa socialista da revolução. No final da década de 70, tal tese não poderia mais ser sustentada diante da sociedade brasileira, que revolucionara suas estruturas a partir da ação de um Estado autoritário. Na busca de novas categorias interpretativas que jogassem luz sobre essa conjuntura, a de revolução passiva parecia se adequar perfeitamente.

Em termos gerais, o conceito é utilizado para pensar processos sociais de mudança profunda que ocorrem “pelo alto”, nos quais a participação de movimentos populares é restrita. Esse seria o caso da formação do Estado burguês na Itália e, posteriormente, do fascismo, dois casos em que ocorreram profundas mudanças nas bases produtivas, sociais e culturais que contribuíram para a consolidação do capitalismo monopolista naquele país. Para Coutinho, esse seria o caso das grandes transformações históricas da sociedade brasileira desde o império até a ditadura, a qual seria apenas uma forma mais recente e bem estruturada do mesmo fundamento autoritário (cf. COUTINHO, 1988, p. 106). Independentemente desse fio de continuidade, a sociedade não era mais a mesma do período imperial, fato que teria escapado, em certa medida, aos olhos da esquerda até então. As mudanças seriam compreensíveis, pois os processos de revolução passiva teriam um duplo caráter: um primeiro, reacionário e de “restauração”, que buscaria conter o avanço de demandas populares e garantir a continuidade de determinada estrutura de dominação; um segundo, de “renovação”, que consistiria na incorporação de parcelas das demandas das classes dominadas.

O conceito teria ainda outro mérito: a capacidade de destacar os processos que ocorrem para além da infra-estrutura, à qual ficaria restrito, por exemplo, o conceito de “via prussiana” de Lênin. Gramsci deu maior destaque aos eventos políticos e culturais que ocorrem com relativa autonomia em relação às estruturas econômicas durante a luta pela hegemonia nas sociedades capitalistas, abrindo, assim, um amplo espaço de reflexão sobre o qual o marxismo pouco teria trabalhado. Neste contexto, surgem com destaque outros conceitos, como *hegemonia e sociedade civil*, que também rechearam os discursos e textos da esquerda brasileira nos anos 80. (COUTINHO, 1988, p. 107). Outro destaque deve-se ao fato de que os processos políticos não são pensados

apenas “pelo alto”, como se a história fosse um jogo no qual os trabalhadores sempre perderam. Através do caráter renovador, inerente à revolução passiva, algumas demandas populares acabariam incorporadas, e esse fato afetaria as estratégias e as formas de luta revolucionárias. Em suma, através de uma *modernização conservadora* a sociedade permaneceria viva e em constante mudança:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e isso pode ser documentado no caso do *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, por conseguinte, tornam-se matriz de novas modificações (Apud COUTINHO, 1988, p. 109).

É possível imaginar o impacto de tais reflexões na crítica à estratégia adotada pelo PCB. Embora a influência de Gramsci se mostrasse mais intensa no final da década de 70, já era possível notar sua presença em algumas críticas ao partido que se seguiram ao golpe de 1964 e trabalhavam com o conceito de populismo, o qual tem referência, em alguns casos, nas categorias de *bonapartismo* ou *cesarismo* do autor italiano (GRAMSCI, 2000), mas que também dialogam com reflexões realizadas por Marx e Trotsky (cf. IANNI, 1975). O que haveria de comum no trabalho desses três autores seria a idéia de que, em momentos de crise, quando nenhum grupo político detém a capacidade de exercer o poder, faz-se necessária a existência de um pacto que reúna grupos diferentes e mesmo divergentes, com a finalidade de conter uma ameaça originada em um adversário comum. Esse seria o caso dos chamados Estados populistas da América Latina, como o varguismo no Brasil, instaurados com o objetivo de conter o avanço dos movimentos populares e diante dos quais os partidos comunistas foram incapazes de avançar criticamente. O conceito de populismo foi muito ampliado e difundido no período pós-64 e sofreu duras críticas nos anos 80, como veremos mais abaixo. A contribuição de Gramsci em sua formulação parece pontual, oriunda de uma leitura de sua obra que deixa escapar diversos aspectos contraditórios, colocados por outros conceitos sem os quais a noção de cesarismo fica incompleta.

Vimos que o conceito de revolução passiva foi a base para entender a nova realidade brasileira para amplos setores da esquerda. Mas também era preciso olhar para o futuro e apontar linhas gerais de atuação a partir da nova conjuntura: como atuar numa sociedade que não era mais a mesma? Coutinho encontrou novamente em Gramsci uma resposta possível, a partir de sua teoria “ampliada” do Estado (cf. COUTINHO, 1988., p. 116). Para Gramsci, nas sociedades em que a revolução passiva é a forma predominante, acaba ocorrendo o fortalecimento do que ele chama de “sociedade política”, ou seja, da burocracia e dos aparelhos de coerção estatal. A relação entre estes aparelhos e a “sociedade civil” também se torna mais direta. A partir de um raciocínio histórico e dado o momento em que o autor escreveu, formações sociais desse tipo acabaram sendo chamadas de “ocidentais”, em oposição às “orientais”.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma justa relação e, quando se dava um abalo do Estado, percebia-se imediatamente uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual havia uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção variava de Estado para Estado, decerto, mas precisamente isso exigia um rigoroso reconhecimento do caráter nacional (Apud COUTINHO, 1988, p. 117).

Gramsci se dedicou neste ponto a pensar o que teria levado ao fracasso a tática bolchevique aplicada nos países capitalistas mais avançados da Europa. Ele sustenta que no “Ocidente” teria ocorrido uma ampliação da hegemonia mediante um processo em que tanto cresceu o poder coercitivo das estruturas do Estado quanto surgiram na sociedade civil “aparelhos privados de hegemonia” que desempenharam papel importante na manutenção da direção. Em sociedades desse tipo, a conquista do Estado não poderia mais ser identificada à plena conquista do poder.

Coutinho propõe que essas categorias sejam usadas de forma flexível, contemplando processos de mudança que possam ocorrer historicamente, ou mesmo a possibilidade de que convivam, simultaneamente, características “orientais” e “ocidentais” numa mesma sociedade nacional. O Brasil teria, ao longo do século XX, se “ocidentalizado”, ou seja, apresentaria em seu seio um grande número de aparelhos de hegemonia que extrapolam o Estado, o qual também teria passado por um processo de ampliação de burocracias e aparelhos de coerção. Tal fato seria resultado de um processo histórico, ou seja, o Brasil não teria se tornado “ocidental” da noite para o dia, mas assimilado transformações constantes e pontuais, sem necessariamente abandonar características que são típicas de sociedades ditas “orientais”.

Tal leitura teve grande influência sobre as formas de luta da esquerda: se a conquista do Estado não é tudo, a proposta insurrecional de tipo guerrilheiro perde sentido. De outra parte, a supervalorização do poder estatal, atribuída à concepção bolchevique, também se mostra pouco adequada. Seria necessário substituir a “guerra de movimento”, quando se privilegia o conflito aberto e o avanço permanente da luta revolucionária, pela “guerra de posição”, segundo a qual cabe à esquerda revolucionária disputar a hegemonia para além da luta pelo Estado:

Se o Brasil é hoje uma sociedade “ocidental”, então não mais se podem imaginar formas de transição centradas na “guerra de movimento”, no choque frontal com os aparelhos coercitivos de Estado, em rupturas revolucionárias entendidas como explosões violentas concentradas num breve lapso de tempo. Começa a emergir também no Brasil uma esquerda moderna, disseminada em vários partidos e organizações, mas que tem em comum o fato de haver assimilado uma lição essencial da estratégia gramsciana: o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada “guerra de posições”. Ora, no caso brasileiro, isso significa que a consolidação da democracia pluralista, bem como seu ulterior aprofundamento numa “democracia de massas”, deve ser considerada como ponto de partida e, ao mesmo tempo,

condição permanente de nosso caminho para o socialismo (COUTINHO, 1988, p. 126).

Na longa citação acima é possível destacar dois pontos que de certa forma resumem o projeto do autor. Primeiro, o que ele chama de emergência de uma esquerda moderna no Brasil, disposta a pensar a Revolução Brasileira de uma forma diferente em relação à tradição pecebista e mais alinhada ao teor do debate realizado pela esquerda européia. Segundo, o caráter da luta por uma “democracia de massas”, que não seria mais pontual ou tático, mas permanente e colado ao caminho para o socialismo. Por fim, cito abaixo mais um trecho do texto de Coutinho, que resume qual o projeto político que estava colado a essa leitura de Gramsci no Brasil:

Creio assim, que o pensamento de Gramsci é capaz de fornecer sugestões não somente para a interpretação de nosso passado, (...) mas também para a análise de nosso presente (...) e para a elaboração de uma estratégia de luta pela democracia e pelo socialismo, concebida como busca de uma nova hegemonia através da “guerra de posição”. É aqui que devem ser buscadas as raízes da grande influência do pensamento de Gramsci no Brasil de hoje e, em particular, do papel fundamental que ele vem desempenhando no processo de autocrítica e de modernização que envolve a esquerda brasileira (COUTINHO, 1988, p. 126).

THOMPSON: EXPERIÊNCIA E AUTONOMIA NOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A hegemonia pecebista, já muito abalada, foi colocada praticamente em questão pelo florescer inesperado do movimento operário no ABC paulista, o qual surpreendeu tanto a ditadura quanto os dirigentes do partido, pelo seu volume e pelas formas de ação. Enquanto a opção comunista naquele

momento era fortalecer a luta pela democratização através do apoio ao MDB, o *novo sindicalismo*, cada vez mais influente, dava exemplos de enfrentamento através de greves, as quais colocavam como pauta central a luta pela melhoria das condições de trabalho. A divergência política entre pecebistas e sindicalistas avançou nas disputas internas de sindicatos, nas posições defendidas em assembléias e em textos de análise das formas de luta adotadas. Esse debate influenciou um grupo de intelectuais engajados na reorganização da esquerda brasileira durante o processo de democratização. Críticos ao PCB, eles se reuniram, desde o início dos anos 80, em torno da criação e consolidação do PT como o novo partido dos trabalhadores brasileiros, cuja legitimidade estava fundada, sobretudo, na ascensão do movimento operário, mas também sobre as comunidades eclesiais de base e uma parte de intelectuais e militantes de esquerda, em crise e não vinculada à tradição pecebista (SADER, 1995, p. 19).

Esses são os novos personagens que entraram em cena – parafraseando o título do livro de Eder Sader – no cenário político brasileiro dos anos 80: movimentos sociais em bairros periféricos das grandes cidades, em parte vinculados à igreja, um sindicalismo que crescia à margem das estruturas e lideranças do PCB e um conjunto de intelectuais de esquerda que voltava ao Brasil estimulado por novas idéias e interpretações sobre a luta de classes, o Estado e a política. O que pautava o debate teórico no período era a crise da concepção de partido operário aplicada pelos comunistas no Brasil, sobretudo ao vanguardismo, ao burocratismo e ao que alguns identificavam como uma disciplina bolchevique exigida dos militantes. A interpretação apresentada pelo conjunto de intelectuais mais ligados ao PT passa a privilegiar conceitos como *autonomia* e *experiência* dos movimentos sociais, cujos desenvolvimentos seriam resultado de um processo de autoconstrução, a partir do qual surgiriam as questões fundamentais de sua luta política, cotidiana, a qual não seria resultado de um agente externo e centralizador, como um partido ou a igreja, que foi por vezes criticada por assumir esse papel. O grupo propõe uma inversão na concepção de partido operário: ainda necessário, deveria ser consequência da *experiência política da classe*.

O PT foi a materialização desse projeto de construção de uma nova hegemonia, que ao longo dos anos 80 se consolidou na esquerda brasileira ao atrair desde militantes insatisfeitos que vinham das dissidências pecebistas dos anos 60 até outras que permaneciam vinculados ao partido em períodos mais recentes. Paralelo a esse processo de reorganização do poder houve outro, de adaptação teórica, através da busca de novos conceitos e autores, que foi muito ampla e variada. Neste trabalho, busco apontar a relação estreita entre a proposta de reorganização política do setor de intelectuais vinculados ao PT e a obra do historiador britânico Edward Thompson, que se tornou presença cada vez mais constante nas obras sobre a história do movimento operário brasileiro.

Uma das primeiras manifestações de intelectuais em torno do PT, de grande peso na conformação do debate que se produziu a partir de então, partiu de um grupo que reunia, entre outros, Marilena Chauí, Eder Sader e Marco Aurélio Garcia. Eles foram responsáveis pela formação de um coletivo que elaborou e divulgou o texto *11 teses sobre a autonomia*, em 1980, e que mais tarde, em 1982, encontrou na criação da revista *Desvios* um modo de reunir autores dispostos a aprofundar o debate lançado nos anos anteriores. Thompson não era a única influência sobre esse grupo, que também buscou inspiração em outros autores, sobretudo Cornelius Castoriadis e Claude Lefort, que juntos militaram, desde os anos 50, na crítica ao totalitarismo e à burocracia nos Estados do leste Europeu. Fundamentavam sua crítica na defesa de que o poder socialista deveria emergir dos conselhos de fábrica, onde também se encontrariam as verdadeiras questões e pautas do movimento operário, o qual deveria estar permanentemente vinculado à luta democrática.

A democracia também aparece como uma demanda estratégica da esquerda desde os primeiros textos publicados pelo conjunto de intelectuais ligados ao PT. Um projeto de sociedade que tivesse esse sistema como finalidade exigiria, inevitavelmente, um partido que também se organizasse a partir de um modelo horizontal, descentralizado e fundamentalmente apoiado no poder de decisão das bases. Afirmar um modelo de tal tipo implicava opor-se com veemência ao modelo organizativo típico dos PCs e, indo mais longe, parecia exigir uma ruptura com o leninismo. Essa foi outra característica

importante do coletivo reunido em torno da *Revista Desvios*, cujo título já expressa bastante seu ponto de vista: a meta era estudar os processos políticos recentes, aquilo que a direita ou a tradição ortodoxa da esquerda enxergava como *desvios*. O objetivo era mostrar que esses fenômenos eram, na verdade, o que havia de mais promissor na luta política nacional.

Aos primeiros sinais de ascensão do movimento operário no ABC, muitos dirigentes sindicais ligados ao PCB criticaram os possíveis limites daquela experiência ou, no melhor dos casos, reivindicaram sua autoria, ao afirmar que o novo sindicalismo era o resultado de anos de luta, resistência e organização do partido. Mas qualquer interpretação sempre conduzia ao ponto-chave da política pecebista naquele período: todo o fôlego da classe trabalhadora deveria se concentrar no apoio ao bloco emedebista na luta pela democratização, idéia defendida com maior afinco contra a proposta de fundação de um novo partido a partir da experiência sindical. A postura do PCB era mal vista pelos intelectuais ligados ao novo sindicalismo, que viam aí a pretensão de atrair para seu campo de atuação as bases operárias e impor-lhes uma pauta externa, alheia ao conjunto de questões que haviam estimulado o florescer das greves, mais ligadas ao cotidiano dos trabalhadores. Para o PCB, a posição autonomista era considerada mais um desvio reformista, uma heresia contra a tradição da esquerda marxista. Já para o coletivo da *Desvios*, a postura pecebista era a reafirmação de uma ortodoxia vanguardista, que seria a responsável por muitas das derrotas sofridas pelo movimento operário ao longo do século XX:

Questionamos a tese segundo a qual a teoria socialista *é levada* para a classe operária pela intelectualidade revolucionária, sendo a tarefa do partido *introduzir* na classe a consciência de sua missão. Vimos aí uma concepção vanguardista e messiânica do partido. “O que entendemos por consciência de classe e ideologia socialista não se reduz aos conjuntos de teses elaboradas por clássicos e transmitidas de geração a geração por guardiães da nova fé. A consciência socialista é uma contínua elaboração de respostas do movimento operário e popular aos desafios, sempre novos, impostos pela dominação de classe”, afirmávamos nas “11

teses” (COLETIVO DOS DESVIOS, 1982, p. 62, grifos no original).

Porém, a dura crítica ao vanguardismo e às organizações não resultava na negação absoluta de suas necessidades. Para o coletivo, tanto a vanguarda quanto o partido seriam fundamentais para “assegurar a continuidade das lutas, ameaçada pela ação desagregadora da dominação capitalista” (COLETIVO DOS DESVIOS, 1982, p. 62). Até aqui é fácil notar a relação estreita entre o coletivo *Desvios* e a crítica à ortodoxia comunista, baseada nos textos de Castoriadis e Lefort. Mas onde entram as idéias de Thompson?

Nos primeiros textos, sua influência é mais implícita. No número inaugural da revista já há, porém, uma referência a uma tradução para o espanhol do texto *Eighteenth-century English society: Class struggle without class?* (THOMPSON, 1978), que aparece na primeira nota de rodapé de um artigo de Marco Aurélio Garcia sobre a autonomia do movimento operário, onde o autor fundamenta sua visão a partir de uma breve citação do texto de Thompson: “A classe operária ‘se define a si mesma em seu efetivo acontecer’; ela não é mais do que ‘uma formação histórica que surge da luta de classes’” (GARCIA, 1982, p. 27). O que parece aproximar os intelectuais brasileiros às idéias do historiador britânico é um conjunto de questões em comum acerca do conceito de consciência de classe: qual seria a sua origem? Haveria uma consciência verdadeira? As vanguardas seriam as portadoras e propagadoras dessa consciência? Thompson elaborou respostas a essas questões de acordo com seu trabalho acadêmico, que consiste basicamente em estudar a luta de classes onde, segundo uma vertente do marxismo, não poderia haver classes sociais, como a Inglaterra do século XVIII. Em que categoria se encaixaria, então, um movimento tão combativo de trabalhadores, que tinha como eixo o enfrentamento político contra a dominação econômica? A resposta para Thompson está em negar uma visão estreita de classe social, que dificulta, ao invés de facilitar, o estudo da história da classe operária e, sobretudo, de sua formação:

[...] de um modelo estático de relações capitalistas de produção são extraídas as classes que lhes devem

corresponder e a “consciência” que deve corresponder às classes e à sua respectiva inserção. Em uma forma comum, geralmente leninista, isso fornece uma boa justificativa para uma política de “substitutivos”, como aquele de uma “vanguarda” que saberia mais que a própria classe quais seriam tanto o interesse verdadeiro quanto a consciência mais conveniente a essa mesma classe (THOMPSON, 2001, p. 271-272).

As mesmas questões foram colocadas pelos intelectuais que enxergavam na ascensão da luta operária do ABC algo mais do que um desvio, uma geração espontânea e limitada na conjuntura histórica autoritária brasileira, carente de organizações de representação política bem estruturadas e sem espaço institucional propício à manifestação de um conjunto de demandas. Assim, o caminho para difundir-se foi fornecido às idéias de Thompson por pelo menos dois fatores: primeiro, o vazio deixado pela crise da hegemonia pecebista sobre os intelectuais da esquerda brasileira, que também foi fundamental para o conhecimento da obra de Gramsci; segundo, a ascensão do movimento operário, em parte imprevisto, que ao mesmo tempo questionou mais profundamente o programa pecebista para o Brasil e exigiu de intelectuais engajados novas formulações capazes de explicar e justificar a atuação dos sindicalistas. Em suma, pode-se dizer que a crise, na teoria, do conceito de vanguarda e, na prática, daqueles que se reivindicavam como vanguarda, abriram brechas para que a obra de Thompson fosse conhecida no Brasil. A partir daí, sua presença foi cada vez mais constante, ao extrapolar o debate entre intelectuais engajados mais diretamente na disputa entre PCB e PT e alcançar a produção acadêmica, onde serviu de base às novas dissertações e teses sobre história social. Ao longo dos anos 80 foi ficando mais nítido o quanto a obra do historiador inglês poderia ser útil para pensar tanto o passado quanto o presente da sociedade brasileira.

Thompson propôs, ao lado de um conjunto de historiadores britânicos, uma “abertura crítica” das obras de Marx, cujo objetivo era responder a um conjunto de teses que ganhava peso nas ciências sociais da Inglaterra, nos anos

50 e 60. A partir da ampliação do poder de consumo das massas, cientistas sociais decretavam o desaparecimento da classe trabalhadora e a paralela homogeneização da sociedade em uma grande classe média. É nítido o ponto de partida desse argumento, que reduz a classe social a um fator meramente econômico. Thompson foi um dos maiores expoentes de um grupo de historiadores marxistas, do qual também faziam parte Eric Hobsbawm e Maurice Dobb, entre outros, que propuseram uma virada na historiografia: abandonar o economicismo, às vezes vinculado à ortodoxia marxista, e olhar a classe social a partir de seus costumes e experiências (MATTOS, 2006, p. 84-85). Vale ressaltar que o conjunto de questões que animavam esses historiadores surgiu, parcialmente, de seu envolvimento com o Partido Comunista Britânico.

A ênfase da análise passou da economia a outros aspectos – sociais, políticos e culturais – então pensados a partir de uma dinâmica relativamente autônoma em relação às determinações econômicas. Tal mudança exigia uma alteração no olhar do cientista social sobre o seu objeto e o uso de novos métodos de pesquisa, como a busca em documentos e depoimentos de uma autêntica “fala operária”. Esses procedimentos foram adotados no Brasil por Sader, preocupado em encontrar as origens do novo sindicalismo não nas estruturas, mas nas experiências (SADER, 1995, p. 37). É notável a sua inspiração em Thompson, mas esses estudos acadêmicos, posteriores ao debate proposto no âmbito da *Revista Desvios*, também revelavam a influência de autores que pensaram o problema da identidade a partir de um marco teórico não marxista, como demonstrou Mattos:

Na discussão de Sader encontramos uma das marcas características dos estudos sobre movimento operário no Brasil produzidos na época, a combinação de referências a Thompson com recursos a autores que trataram de representações e imaginário em termos não marxistas, como Castoriadis e que tomaram as relações de poder como transcendendo a dominação de classes, descrevendo conflitos e resistências como reações ao “controle social”, nos termos de Michael Foucault (MATTOS, 2006, p. 89).

Sader cita Castoriadis como um “guia básico” em seu percurso intelectual (Sader, 1995, p. 45-46). Esse ecletismo é uma característica que marca outros textos produzidos à época, estimulados a procurar novas referências teóricas em autores muito variados. Se esse processo implicou em leituras fragmentadas e polêmicas das obras, como aconteceu também com Gramsci (NOGUEIRA, 1988, p. 134-135), o fato não retira dos originais sua validade, e nem dos textos neles inspirados o potencial de contribuir para o processo de mudança política e teórica da esquerda nos anos 80. Essas particularidades podem ser facilmente compreendidas se olharmos atentamente para o duplo processo de crise, tanto cultural quanto político, que marcou a trajetória de militantes e intelectuais no período.

Apesar das contribuições serem importantes, o ecletismo com que se tratou a obra de Thompson no Brasil gerou muita polêmica, sobretudo entre historiadores. Para alguns, era possível aproximar a obra do britânico da produção realizada pelos franceses da terceira geração dos *Annales*, que, baseados nas obras de Foucault e Castoriadis, propuseram uma história dos “pequenos sujeitos” e dos atos de questionamento das normas que tais sujeitos produzem. Para outros, essa relação afastava Thompson do marxismo e contrariava sua proposta historiográfica, que é fundada no estudo das lutas de um “grande sujeito” – a classe trabalhadora – e de sua formação.

A partir da tradução de *A formação da classe operária inglesa*, em 1987, é possível notar uma maior influência de Thompson entre grupos de intelectuais com relativo distanciamento em relação ao coletivo da *Revista Desvios*. Isso porque a noção de novo sindicalismo, que era central nos textos do coletivo, apoiava-se na tese de que teria havido dois momentos combativos no sindicalismo brasileiro: um anterior a 1930 e aquele que se desenvolvia no final dos anos 70. Neste intervalo, teria prevalecido o sindicalismo pelego, subjugado pelo Estado populista e pela ditadura. Muitos estudos surgiram com a intenção de mostrar que mesmo nesse período teriam ocorrido lutas políticas importantes protagonizadas pela classe trabalhadora, que, dentro dos limites dados pela conjuntura nacional, foi capaz de incorporar muitas de suas demandas e obter vitórias pontuais quanto a direitos sociais e políticos. Daí a dura crítica que sofreu o famigerado conceito de populismo, que ofuscaria a

ação da classe durante a Era Vargas e nos 10 anos que vão do suicídio do ex-presidente ao golpe. Uma obra que se tornou referência é o livro *A invenção do trabalhismo*, de Ângela Castro Gomes (1994), no qual a influência da concepção de “formação de classe” de Thompson é nítida. Passa-se do conceito de populismo ao de trabalhismo e destaca-se a consciência que os trabalhadores tinham da implementação do projeto político de Vargas. A virada na historiografia brasileira sobre a classe operária foi ainda maior, compreendendo outros períodos históricos anteriores ao trabalhismo. Há trabalhos dedicados, por exemplo, a desmontar as teses que viam os escravos no Brasil como meros objetos, passivos e, portanto, destituídos de fala e atividade política (GOMES, 2004).

Portanto, é difícil compreender algumas das mais importantes mudanças pelas quais passou parte das ciências sociais brasileiras ao longo dos anos 80 sem passar por Thompson. O mesmo pode ser dito quanto a estudos que se dediquem a discutir a ascensão do PT e o declínio do PCB no cenário político nacional, sobretudo para aqueles pesquisadores que pretendam analisar, entre esses atores, o debate de intelectuais ligados mais organicamente a projetos político-partidários distintos.

CONCLUSÃO: UM DIÁLOGO DIFÍCIL E A NECESSIDADE DA REFLEXÃO

Busquei demonstrar nesse trabalho o quanto cultura e política se misturaram, nos anos 80, quando as obras de Gramsci e Thompson chegaram com força ao Brasil. Tanto que não é possível entender os motivos dessa recepção nem seu impacto sem conhecer a conjuntura política do período, o debate das esquerdas, bem como a relação entre intelectuais e sociedade. Daí o formato que assumiu esse texto, ao combinar exposição histórica e análise de obras. Não pretendi, com isso, reduzir o conteúdo dos textos aos momentos históricos ou às estruturas; pelo contrário, a trajetória proposta e mesmo a opção por esses dois autores expressam uma preocupação em combater tal reducionismo, e uma intenção de expor essa relação como

dinâmica e rica. Tal riqueza se expressa no que podemos identificar como o caráter polissêmico que cada obra assume logo que atinge o público leitor: por motivos diversos, a interpretação de um mesmo texto pode variar muito e gerar enormes polêmicas. Cada leitura reflete um dado projeto subjetivo ou coletivo, uma determinada conjuntura, e entre o texto e suas interpretações há, portanto, um espaço amplo, cujo estudo nos permite entender melhor, a meu ver, os mecanismos de mudança que operam na sociedade.

O acúmulo cultural e político das esquerdas brasileiras do pré-68 – ano do golpe dentro do golpe – não resistiu ao enforcamento produzido pelo regime militar, que cortou de modo violento os canais para que a produção cultural chegasse a setores mais amplos da população (SCHWARZ, 1978). Paradoxalmente, a sociedade brasileira modernizou-se, através de meios de comunicação em massa e da consolidação de um mercado cultural amplo. Mesmo as universidades, alvo privilegiado da repressão, modificaram-se, ampliaram-se, de tal forma que a relação entre intelectuais e sociedade não permaneceu a mesma.

Se, nos anos 80, alguns intelectuais de esquerda buscaram se adequar diante da nova conjuntura, mas sem perder de vista a Revolução Brasileira, por outro lado uma grande parcela da intelectualidade mostrou-se menos vinculada a um projeto de transformação profunda da sociedade, que teria sido derrotado pelos anos de repressão. Ocorreu, então, um realinhamento desse setor, que passa da oposição à ordem estabelecida, ao comprometimento com a *Nova República* (RIDENTI, 2001, p. 15). É a partir desse fato que se torna mais fácil compreender boa parte das polêmicas geradas a partir de interpretações distintas das obras de Gramsci e Thompson no Brasil, o ecletismo de muitas leituras e uma vertente “culturalista” que atingiu, em graus diversos, as obras de cada um desses autores. Conforme afirma Ridenti:

Às vezes a (auto)crítica do engajamento dos anos 60 não foi senão a máscara para o triunfo da concepção (neo)liberal do indivíduo, da sociedade e da política. No lugar do intelectual indignado, dilacerado pelas contradições da sociedade capitalista, agravadas nas condições de subdesenvolvimento, passava a predominar o intelectual

profissional competente e competitivo no mercado das idéias, centrado na carreira e no próprio bem-estar individual (2001, p. 16).

Podemos enxergar na forma como ocorreu a assimilação das obras de Gramsci e Thompson no Brasil um impulso renovador, crítico, e extremamente necessário para que a esquerda se adaptasse à nova realidade nacional. O desdobramento desse ato levou a cisões, que podem ser em parte explicadas pelas profundas transformações pelas nacionais e internacionais. A mudança do lugar do intelectual na sociedade tem implicações consideráveis sobre a produção acadêmica e, o que nos interessa aqui, sobre a leitura de uma determinada obra.

Não à toa, é possível encontrar intérpretes que fragmentaram a obra de Gramsci, supervalorizaram o elemento de ruptura com o bolchevismo contido em seu trabalho e subestimaram a existência de elos inegáveis com aquela tradição. Para alguns, foi suficiente e apropriado destacar apenas a contribuição fundamental que o autor deu ao entendimento da cultura e da política, e ao rompimento com o economicismo, através do conceito de hegemonia, por exemplo, que foi amplamente utilizado e hoje se tornou quase um senso comum acadêmico. Por outro lado, tanto o caráter crítico à sociedade capitalista quanto o engajamento do autor num projeto político de mudança foram colocados à parte. Algo semelhante ocorreu com a obra de Thompson, que chegou a ser considerado um autor não marxista, embora pertencesse a essa vertente da escola historiográfica britânica e ao partido comunista. Para alguns de seus intérpretes no Brasil, suas grandes contribuições seriam o olhar sobre o cotidiano, as identidades, os “pequenos sujeitos” e sobre a cultura. O próprio autor se viu obrigado a negar publicamente a interpretação culturalista que muitos deram à sua obra, e a reafirmar seu projeto de pensar a partir do marxismo e se dedicar ao estudo da classe operária, entendida como um grande sujeito histórico (MATTOS, 2006, p. 105).

Há algumas diferenças de fundo nas obras de Gramsci e Thompson que tornam o diálogo entre ambas, às vezes, mais difícil. Os dois autores operaram uma reflexão que possibilitou olhar os processos sociais sem reduzi-

los a determinações econômicas – o que, como buscaram mostrar, acabava dificultando a compreensão de processos sociais muito complexos. Deram novo fôlego ao marxismo, mas o fizeram de modos específicos, em épocas diferentes, elaborando conceitos que, à primeira vista, podem parecer incompatíveis entre si. Apesar dessas dificuldades de diálogo, as obras de Gramsci e Thompson forneceram, conjuntamente, as bases para muitos trabalhos que se produziram no Brasil dos anos 80 para cá, sobretudo entre aqueles pesquisadores que mantiveram o elo com um projeto de transformação social. Assim, os aparentes obstáculos teóricos se desfizeram na prática, sobretudo quando se deu o devido destaque àquilo que parece fundamental nas duas obras: são reflexões que propuseram rupturas críticas em relação ao marxismo, mas sem jamais cortar o diálogo com essa tradição.

Os anos 80, período destacado neste texto, ainda podem ser considerados um período recente de nossa história e talvez pouco estudado, sobretudo se olharmos mais atentamente para o conjunto de eventos ocorridos naquela década: a ascensão dos novos movimentos sociais, do sindicalismo, do Partido dos Trabalhadores, as Diretas Já, a constituinte, entre outros. Todos esses eventos marcaram a sociedade brasileira, ao deixar-nos heranças que são até hoje muito presentes, principalmente entre organizações e intelectuais de esquerda. Dali também surgiu cisões de militantes e intelectuais que seguiram caminhos diversos, integraram grupos antagônicos tanto na política nacional quanto nas universidades, espaços, no entanto, muito ligados entre si. Desde então, ficou mais evidente o quanto a sociedade brasileira transformou-se durante a ditadura, mudanças que não cessaram com a democratização, mas se aprofundaram, embora guiadas por outros ideais a partir dos anos 90.

Hoje, décadas depois, não parece exagero afirmar que intelectuais e militantes de esquerda ainda têm muito sobre o que refletir a partir das transformações ocorridas em nossa história recente, sobre o conjunto de idéias e valores que orientam as práticas políticas e acadêmicas atuais. Tal reflexão é o pressuposto para que haja um grau de inconformismo, necessário para que persista uma perspectiva de mudança. Se hoje estamos indiscutivelmente submetidos a um pensamento conservador, sob a qual pesa o ceticismo e a ausência de utopias, refletir criticamente sobre as experiências do nosso passado

recente, propor rupturas e continuidades, parece uma forma de romper com o “senso de realidade experimentada” (RIDENTI, op. cit., p. 19), que garante a naturalização do presente, e reencontrar o fôlego perdido da crítica. É a partir da reflexão e da prática cotidianas que se torna possível a construção de uma contra-hegemonia no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

BATALHA, C. H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, J. Q. (org). História do Marxismo no Brasil, vol. 2. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 9-41.

CHAUÍ, M. “Por uma nova política”. *Desvios*, n. 1, novembro, 1982.

COLETIVO DOS DESVIOS, O. “A autonomia em questão”. *Desvios*, n. 1, novembro, 1982.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In: COUTINHO, C. N. & NOGUEIRA, M. A. (org). Gramsci e a América Latina, São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 103-127.

GARCIA, M. A. “Os desafios da autonomia operária: São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário”. *Desvios*, n. 1, novembro, 1982.

GOMES, A. C. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, 2004.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

- _____. Cadernos do Cárcere. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IANNI, O. A formação do Estado populista na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LÖWY, M. (org). O marxismo na América Latina, 2ª edição ampliada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MATTOS, M. B. “E. P. Thompson no Brasil”. Revista Outubro, n. 14, 2º semestre, 2006.
- MORAES, J. Q. “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”. In: MORAES, J. Q. (org). História do Marxismo no Brasil, vol. 2. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 43-102.
- NOGUEIRA, M. A. “Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil”. In: COUTINHO, C. N. & NOGUEIRA, M. A. (org). Gramsci e a América Latina, São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 129-152.
- RIDENTI, M. “Intelectuais e romantismo revolucionário”. São Paulo em Perspectiva, vol.15, n. 2, São Paulo, Abril./Junho, 2001.
- SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SANTANA, M. A. Homens partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SCHWARZ, R. “Cultura e Política: 1964-1969”. In: O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- THOMPSON, E. P. Eighteenth-century English society: Class struggle without class? In: Social History, Vol III, n. 2, p.133-165, maio de 1978.
- _____. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.